



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória 836/2018			
Autor RENATO MOLLING			Nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.
8º

§ 15

III - 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2018; e,

IV - 1% (um inteiro por cento) e 4,6% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2019.

.....” (NR)

O Art. 56º da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56.....

III - 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2018;

IV - 1% (um inteiro por cento) e 4,6% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2019

.....” (NR)

Suprima-se o Art. 1º da Medida Provisória nº 836, de 30 de Maio de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº. 836, de 30 de maio de 2018, trata da extinção do Regime Especial da Indústria Química – REIQ. O programa criado em 2013 tinha como principal objetivo equalizar a competitividade do setor químico brasileiro, através da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre as compras de determinadas matérias-primas petroquímicas, neutralizando uma disfunção do mercado que consistia no grande gap de preços das matérias-primas internacionais em comparação com os altos preços para o abastecimento da indústria nacional.

O regime foi fruto de ampla negociação e discussão iniciadas no Plano Brasil Maior, no âmbito do conselho de Competitividade do Setor, do qual participaram os diversos atores da sociedade (governo, trabalhadores, empresas e entidades representativas), culminando em posterior encaminhamento para debate no Congresso Nacional e resultando na edição da Lei nº. 12.859/2013, que estabeleceu um regime tributário com prazo certo e condições onerosas ao setor.

Em 2013, portanto, o Estado Brasileiro exerceu a sua competência constitucional de intervir sobre a economia para corrigir a citada disfunção do mercado petroquímico brasileiro, com vistas a induzir esse setor econômico estratégico, baseado em alguns fatores relevantes que deram suporte jurídico e econômico ao REIQ.

Os fatores que levaram à criação do REIQ em 2013 continuam válidos ou até mesmo foram reforçados. São eles:

a) o setor químico e petroquímico nacional é altamente estratégico para a indústria nacional e para o País, pois se encontra na base de diversas cadeias produtivas, e a extinção do regime, em números estimados pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), gerará impacto de R\$ 300 milhões para os quatro meses restantes de 2018 e de R\$ 900 milhões por ano, a partir de 2019, com efeitos diretos sobre o aumento de custos dos setores;

b) há a necessidade de reverter o déficit da balança comercial brasileira do setor, seja em 2013, seja o atual cenário de déficit de 2017/2018, com expectativa de que o saldo seja negativo em cerca de R\$ 25 bilhões em 2018;

c) o cenário macroeconômico de 2013 e o cenário de atual de 2018 mantém a indústria química fortemente desafiada a permanecer competitiva, fator comprovado pelo nível baixo de utilização de capacidade instalada, atualmente em torno de 74%; e,

d) a indústria química norte-americana e de outros países, como Argentina, têm perspectivas de serem ainda mais favorecidas pelo abastecimento do *shale gas*, matéria-prima alternativa à nafta petroquímica, com preço muito inferior aos preços praticados no abastecimento local da indústria química e petroquímica brasileira, cenário agravado pelas recentes altas do barril de petróleo.

Com efeito, apesar de seu papel essencial para a sobrevivência do setor e no combate à desindustrialização, os objetivos perseguidos pelo REIQ em 2013 ainda não foram totalmente alcançados. Os motivos determinantes que levaram o legislador a produzir a norma extrafiscal do REIQ continuam válidos, sendo contrária ao interesse público uma revogação do programa sem o estabelecimento de prazo adequado para a acomodação de custos a partir do aumento relevante da carga tributária promovido pela Medida Provisória ora em discussão. Ademais, importante destacar que o ordenamento jurídico brasileiro veda revogações de programas fiscais que estabeleçam prazo certo e condições onerosas aos contribuintes, tal como estabelece

o REIQ. Sobre tal aspecto, insta ainda destacar a importância da manutenção de ambiente de segurança jurídica e de segurança à investimentos de longo prazo promovidos com base na legislação que previa o regime.

Tido o exposto e considerando o cenário de crise fiscal, a presente emenda visa propor a preservação do REIQ, através da redução à zero de seus efeitos em 2018 e da retomada do regime à partir de 2019. A emenda em referência visa construir caminho alternativo, uma vez que o encerramento do programa pode significar um passo na direção do desmonte do setor químico brasileiro, através do fechamento de plantas e, consequentemente, de postos de emprego altamente qualificados. Para a manutenção dos empregos e a segurança dos investimentos do setor químico, com a adequada previsibilidade e segurança jurídica de contratos estabelecidos, é fundamental que o Regime seja mantido.

PARLAMENTAR

DEPUTADO RENATO MOLLING – PP/RS